

Sumário

1 Introdução	1
2 Audiências públicas no Supremo Tribunal Federal: uma abertura ao diálogo social?	11
2.1 Audiências públicas: origem e tratamento jurídico no Brasil	11
2.2 Realização de audiências públicas pelo STF: considerações e aspectos procedimentais.....	18
2.3 Audiências públicas no âmbito do STF: abertura ao diálogo social ou formalismo institucional?	28
2.3.1 Excesso de formalismo	30
2.3.2 Baixa frequência dos Ministros às audiências públicas	30
2.3.3 Método falho de escolha dos participantes	31
2.3.4 Ausência de deliberação	35
2.3.5 Ausência de consideração dos argumentos nas decisões.....	37
3 O enfrentamento dos argumentos dos participantes pelos Ministros no caso da audiência pública sobre direito ao esquecimento.....	41
3.1 Metodologia de Análise de Conteúdo aplicada à pesquisa empírica...41	
3.2 Análise dos indicadores: os argumentos dos participantes da audiência pública sobre o direito ao esquecimento enfrentados pelos Ministros	49
3.2.1 Liberdade de expressão	50
3.2.1.1 Liberdade de expressão: os argumentos dos participantes não enfrentados pelos Ministros	51

3.2.1.2 Liberdade de expressão: os argumentos dos participantes enfrentados pelos Ministros sob perspectiva diversa	53
3.2.1.3 Liberdade de expressão: os argumentos dos participantes enfrentados pelos Ministros de forma equivalente.....	53
3.2.2 Direito à informação.....	67
3.2.2.1 Direito à informação: os argumentos dos participantes não enfrentados pelos Ministros	68
3.2.2.2 Direito à informação: os argumentos dos participantes enfrentados pelos Ministros sob perspectiva diversa	69
3.2.2.3 Direito à informação: os argumentos dos participantes enfrentados pelos Ministros de forma equivalente.....	70
3.2.3 Interesse público <i>versus</i> interesse privado	77
3.2.3.1 Interesse público <i>versus</i> interesse privado: os argumentos dos participantes não enfrentados pelos Ministros	78
3.2.3.2 Interesse público <i>versus</i> interesse privado: os argumentos dos participantes enfrentados pelos Ministros sob perspectiva diversa	79
3.2.3.3 Interesse público <i>versus</i> interesse privado: os argumentos dos participantes enfrentados pelos Ministros de forma equivalente.....	80
3.2.4 Dignidade humana.....	87
3.2.4.1 Dignidade humana: os argumentos dos participantes não enfrentados pelos Ministros	88
3.2.4.2 Dignidade humana: os argumentos dos participantes enfrentados pelos Ministros sob perspectiva diversa	89
3.2.4.3 Dignidade humana: os argumentos dos participantes enfrentados pelos Ministros de forma equivalente.....	91
3.3 tratamento dos dados obtidos e conclusão da pesquisa empírica....	94

4 A perspectiva habermasiana como fundamento da participação da esfera pública na construção da decisão judicial em sede de jurisdição constitucional.....	107
4.1 Esfera pública: participação e encenação.....	107
4.2 A proposta de democracia deliberativa, de Jürgen Habermas	117
4.3 A prática racional discursiva, de jurisdição constitucional e as audiências públicas do STF	124
5 A decisão judicial sob a ótica da democracia deliberativa	137
5.1 Participação e democracia deliberativa sob a perspectiva da Teoria da Decisão Judicial	137
5.2 O dever de fundamentação e motivação das decisões judiciais como pressuposto de legitimidade democrática.....	150
5.3 O artigo 489 do Código de Processo Civil e as audiências públicas do STF: breves apontamentos.....	155
6 Conclusão	161
Referências bibliográficas	167
Apêndice A – Tabela da Análise de Conteúdo.....	183
Apêndice B – Gráficos de enfrentamento por argumento	189